

URBANIZAÇÃO, CAPITALISMO E EMANCIPAÇÃO: uma perspectiva marxista

URBANIZATION, CAPITALISM AND EMANCIPATION: a marxist perspective

URBANIZACIÓN, CAPITALISMO Y EMANCIPACIÓN: una perspectiva marxista

RESUMO

Neste artigo, a discussão sobre a urbanização e a propriedade urbana a partir de uma orientação marxista é abordada por meio do estudo das determinações gerais do ser social, a ontologia. A partir dessa perspectiva, se investiga o processo de afastamento entre o ser que habita o espaço, a produção do espaço e quem pensa o espaço no capitalismo. Por meio do desenvolvimento das sociedades, se questiona como as práticas e reprodução social separaram o habitante da autodeterminação do espaço. Para isso, se recorre aos textos filosóficos e à obra magna de Marx, O capital, assim como às interpretações de sua obra que argumentam em favor de um duplo nível de crítica no pensamento do autor, que abarca tanto teorias como as práticas sociais reproduzidas ou endossadas por essas teorias. Este artigo pretende contribuir para o debate sobre a propriedade urbana, em linha com as perspectivas de Lefebvre (2013) e Lukács (2012), sustentando uma posição científica crítica do urbanismo convencional que a reconhece como cerceadora das liberdades humanas. Por outro lado, vislumbra alternativas postas pelo marxismo para repensar um habitar que seja emancipatório.

Palavras-chave: urbanismo; ontologia; marxismo.

ABSTRACT

In this article, the discussion of urbanization and urban property from a Marxist perspective is approached through an examination of the general determinants of social existence, or ontology. From this standpoint, the process of alienation between the individual inhabiting space, the production of space, and the conceptualization of space within capitalism is scrutinized. Throughout the evolution of societies, there is an inquiry into how social practices and reproductive processes have detached inhabitants from self-determining their spatial surroundings. To accomplish this, the analysis draws upon philosophical texts and Marx's seminal work, *Das Kapital*, alongside interpretations of his writings that advocate for a dual-layered critique within the author's framework. This critique extends to encompass both theoretical constructs and the societal practices that are either reproduced or legitimized by these theories. The objective of this article is to contribute to the discourse on urban property, aligning with the perspectives of Lefebvre (2013) and Lukács (2012), and maintaining a critical scientific stance towards conventional urbanism, recognizing it as a restriction on human freedoms. Conversely, it explores the alternatives presented by Marxism to reconsider inhabitation in a manner that fosters emancipation.

Keywords: urbanismo; ontology; marxism.

 Rodrigo Siqueira Rodriguez^a

^a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

DOI: 10.12957/geouerj.2024.83106

Correspondência:
uerj.rodriguez@gmail.com

Recebido em: 27 mar. 2024

Revisado em: 16 jun. 2024

Aceito em: 18 jun. 2024



RESUMEN

En este artículo, se aborda la discusión sobre la urbanización y la propiedad urbana desde una orientación marxista a través del estudio de las determinaciones generales del ser social, la ontología. Desde esta perspectiva, se investiga el proceso de alejamiento entre el ser que habita el espacio, la producción del espacio y quien piensa el espacio en el capitalismo. A través del desarrollo de las sociedades, se cuestiona cómo las prácticas y la reproducción social separaron al habitante de la autodeterminación del espacio. Para ello, se recurre a los textos filosóficos y a la obra magna de Marx, El capital, así como a las interpretaciones de su obra que argumentan a favor de un doble nivel de crítica en el pensamiento del autor, que abarca tanto teorías como prácticas sociales reproducidas o respaldadas por estas teorías. Este artículo pretende contribuir al debate sobre la propiedad urbana, en línea con las perspectivas de Lefebvre (2013) y Lukács (2012), sosteniendo una posición científica crítica del urbanismo convencional que lo reconoce como limitador de las libertades humanas. Por otro lado, vislumbra alternativas planteadas por el marxismo para repensar un habitar que sea emancipador.

Palabras Clave: urbanismo; ontología; marxismo.



INTRODUÇÃO

Não se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, se contrariava ou não as ordens policiais (Marx, 2013, p.86) A análise dos problemas ditos “urbanos” no modo de produção capitalista, no esforço de continuar a obra de Marx, não pode consistir na descoberta ou na construção de um “sistema urbano” moderno, ou de “poder urbano”, mas no esclarecimento das contradições próprias aos fenômenos urbanos percebidos no processo global. (Lefebvre, 2001, p. 171)

A dinâmica capitalista dos centros urbanos gera padrões especiais desiguais de convivência e segregação entre pobreza e riqueza. Com base na lei geral de acumulação capitalista de Marx (2013), a ampliação da produção é sempre acompanhada de uma superpopulação disponível como exército industrial de reserva. Essa massa de trabalhadores, contudo, não habita os núcleos de riqueza dos centros urbanos. Sua condição permite a ocupação das áreas periféricas, insalubres e carentes de serviços essenciais.

Na medida em que a riqueza cresce nos grandes centros, cresce também o preço do metro quadrado. As forças do mercado imobiliário empurram os mais pobres para longe, criando os fluxos de deslocamento pendulares entre áreas cada vez maiores. Esses deslocamentos que, no caso do Rio de Janeiro alcançam um raio de 100km, são agravados pelos congestionamentos entre centro e periferia, somados à infraestrutura limitada e falta de planejamento metropolitano.

Contudo, o próprio processo de criação dos subúrbios, sua segregação e exclusão, também cria as condições para espaços de valorização nessas localidades. Diante dos problemas de congestionamento e elevados preços imobiliários, muitas atividades econômicas passam a se instalar nos subúrbios. A Madureira da década de 1950, por exemplo, era um centro importante para os subúrbios de Nova Iguaçu e Belford Roxo. Com o crescimento econômico e a valorização imobiliária de novos espaços, se corre o risco de viver um processo de descentralização urbana, com redução populacional e de atividades no centro urbano e valorização do subúrbio, expulsando para ainda mais longe dos centros a parcela mais pobre da população.

Para combater as tendências de desvalorização do espaço capitalista, a reurbanização e revitalização são processos adotados para reconverter aquele espaço em mercadoria. Espaços já explorados e abandonados, como por exemplo, a região portuária do Rio de Janeiro, voltam a se converter em espaços aptos à geração de riqueza e valorização imobiliária sob novas diretrizes e determinações. Pela vontade do capital, a população pobre que vive e resiste nessas áreas é realocada, expulsa ou indenizada.

Na perspectiva de Lefebvre (2013), o modo capitalista de produzir o espaço gera um estranhamento entre os habitantes do espaço e o espaço capitalista. A relação entre ser humano e espaço não é estabelecida pelos sujeitos que se encontram no próprio processo, mas são alheias aos sujeitos. A expulsão de habitantes



seculares de regiões por meio da especulação imobiliária é uma ilustração desse fenômeno, que de modo geral envolve a segregação e homogeneização do espaço em padrões hierárquicos ou ordinais.

As hierarquias urbanas são um produto da acumulação capitalista sobre o espaço, na medida em que há espaços de valorização de ordens superiores e inferiores. Zonas ricas e prósperas de uma cidade podem se converter rapidamente em zonas mortas quando a acumulação capitalista se orienta para uma nova localidade. O pensamento neoliberal, seja na geografia ou na economia, naturaliza e conforma a ideia de espaços hierarquizados e desiguais, como produtos dos ganhos de escala, produtividade e externalidades econômicas. Essa “normalização” da desigualdade urbana se reveste em formas de conhecimento pretensiosamente técnicas e objetivas que conformam as práticas capitalistas de planejamento urbano e produção do espaço.

No contexto do capitalismo contemporâneo, as hierarquias urbanas são exacerbadas pelo fenômeno da cidade neoliberal e financeirização (Pereira, 2023). Nessa condição, as cidades refletem novos modos de desigualdade na produção do espaço por meio de um urbanismo corporativo que abarca ciclos intencionais de valorização-depreciação-revalorização dos imóveis.

Em *Pobreza Urbana* (2009), Milton Santos teoriza que a sociedade urbana é subdividida entre habitantes que têm acesso permanente a mercadorias e serviços, e habitantes que possuem acesso irregular ou esporádico a bens e serviços. A sociedade urbana depende de uma massa de trabalhadores informais para acomodar esses ciclos de valorização do capitalismo como um todo, seja pela sustentação dos baixos salários ou da renda de aluguéis. Segundo Santos (2009), esse processo é agravado nos países subdesenvolvidos uma vez que as disparidades de renda são maiores entre os dois lados da sociedade urbana.

A desigualdade nos centros urbanos da América Latina, para além de um denominador comum casual, possuem historicamente uma origem na dinâmica de desenvolvimento do espaço capitalista na região. Por exemplo, a partir das leituras de Caio Prado Jr. (2011), remontam a uma lógica mercantil de exploração, tanto de pessoas por meio da escravização, como do espaço por meio da produção dos gêneros necessários à satisfação europeia. No chamado “sentido da colonização”, o Brasil se apresenta como uma grande empresa comercial destinada a explorar recursos e pessoas em proveito do comércio europeu. O Brasil e a América Latina se diferenciam dos demais processos coloniais por definirem, desde o início, um processo de trabalho em larga escala com muitos trabalhadores subordinados e sem direito sobre o espaço urbano. Essa ausência de direitos sobre o espaço urbano se reflete em uma dinâmica contemporânea de **exploração do trabalho com espoliação do morador** na América Latina. A partir de Pereira (2016), esse processo pode ser descrito como uma verdadeira “revolução imobiliária”:



A cidade, no século XIX, passa por uma metamorfose urbana, quando começa a ser produzida como mercadoria. Por isso, moderna e fragmentada em propriedades começa a ser comercializada aos “pedaços” em lotes com preços maiores ou menores, conforme o comércio de aluguel. O avanço desses negócios foi substituindo o de escravos tornando-se comum alugar “casinhas” e cortiços. Essa substituição inclui a formação do mercado de compra e venda de terras e de edifícios estimulando a produção do espaço urbano como parte de um complexo de negócios imobiliários. No transcorrer desse século começaram a mostrar importância os melhoramentos urbanos, levando à realização de obras de saneamento, arborização, abertura de ruas e praças. Em São Paulo, como em outras cidades, essa transformação significou uma metamorfose da riqueza que associada à proibição do tráfico de escravos sinaliza o fim da riqueza baseada na propriedade de escravos e o começo do que chamou de cativo da terra. [...] Por que não uma revolução imobiliária? Uma acomodação da lógica maximizadora da renda capitalizada da terra correndo no sentido de negar no espaço latino-americano o tempo imposto pela Revolução Industrial, tanto que essa capitalização da renda afirma a moderna propriedade da terra na generalização da forma mercadoria, mas é negação do lucro na produção da mais valia. (Pereira, 2016, p. 44)

Com base no fetiche da mercadoria de Marx (2013), os homens agora estão alienados da produção do espaço, conformados sob uma gestão capitalista que o torna homogêneo, fragmentado e hierarquizado. O espaço capitalista é uma expressão da subordinação humana ao capital, na medida em que os sujeitos inseridos nesse processo não decidem sobre esse processo. Nesse sentido, uma reorientação do espaço depende da recondução dos sujeitos e expressão de suas personalidades sobre a produção do espaço.

O aluguel e as formas de renda imobiliária em geral dificultam ainda mais a recondução dos sujeitos à produção do espaço, na medida em que subordina ainda mais a produção do espaço às leis do capital e seus processos de valorização do espaço. Os espaços-mercadoria dissolvem os laços entre o ser humano e o território por meio do preço do metro quadrado, segregando os diferentes estratos de renda pelo espaço. A hierarquização do espaço em áreas de trabalho e áreas de moradia é uma expressão geral do fenômeno, que historicamente se soma a outros fatores como políticos, por exemplo, a aglomeração dos espaços administrativos e militares na região central das cidades coloniais.

Ao longo deste artigo, busca-se evidenciar como crescimento econômico e urbanização celebrados como sinais de progresso do capitalismo podem paradoxalmente conduzir ao aprofundamento da pobreza e desigualdade social. Essa dinâmica resulta em uma crescente restrição da liberdade humana, de modo que o espaço urbano se torna palco de exclusão e segregação. Para aprofundar nessa compreensão, é necessária uma reflexão ontológica sobre a essência do ser humano e sua capacidade de autodeterminação, elemento chave para uma perspectiva marxista da emancipação humana. Assim, o artigo pretende ampliar a necessidade de introduzir questões relativas à ontologia social para além dos aspectos sociais e econômicos do debate sobre o urbanismo.

A recondução humana ao processo de determinação do seu próprio espaço é um desafio posto pelo habitar como atividade humana de interação entre o ser humano e o espaço. Esse desafio, contudo, exige uma



explicação ontológica, na medida em que o ser humano só pode ser reconduzido a algo que faz parte da sua condição social na medida em que há um fundamento geral sobre a relação entre ser humano e espaço.

Por outro lado, se o ser humano foi alienado do processo de determinação do próprio espaço, é preciso entender como, no desenvolvimento das sociedades de forma geral, o ser humano produz formas de consciência que o afastam dessa autodeterminação, por exemplo, na defesa científica de um planejamento urbano segregador. Para ambos os temas, se torna inevitável conhecer um pouco do terreno da ontologia.

Ontologia: as bases para a crítica de teorias e práticas sociais

O termo ontologia tem seu primeiro uso reconhecido no latim moderno do século XVII, não ocorrendo no grego homérico, clássico ou helenístico. A palavra deriva do substantivo τὰ ὄντα, um nome deverbal a partir do verbo εἶμι (ser ou estar), podendo, portanto, ser traduzido por “o ser”. Desse modo, o neologismo *ontologia* pode ser compreendido como o estudo ou discurso pertinente ao ser e à existência de um modo geral, sendo essa a perspectiva mais usual do termo. Toda teoria possui, implícita ou explicitamente, um vínculo com a ontologia, na medida em que pressupõe uma determinação geral sobre seus objetos do conhecimento.

Nas ciências sociais, o uso do termo está associado aos princípios gerais do ser social, isto é, os elementos em comum da vida humana em sociedade, seja ela qual for. O marxismo passou a desenvolver um tratamento mais sistemático do tema com base nos textos dos anos 1840 escritos por Marx, como *A Ideologia Alemã* e *A Miséria da Filosofia*, mas especialmente as colocações sobre o gênero humano (ou ser social) presentes nos *Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844*.

Assim, este artigo se fundamenta na literatura do campo marxista que explora os conceitos de humanidade e emancipação humana na obra de Marx, em autores como Lukács (2012; 2013), Bhaskar (2005) e, especificamente interrelacionado com a geografia, no caso de Lefebvre (2013). Todos os três autores sugerem uma perspectiva emancipatória que perpassa o tema das determinações gerais do ser social, isto é, da ontologia social.

O reconhecimento do sentido ontológico da obra de Marx se relaciona com diferentes momentos de *O Capital*, como a teoria do fetiche da mercadoria, a lei do valor e a explicação do processo de trabalho, que constituem os elementos de sua ontologia do ser social.

Em *Para uma ontologia do ser social* (2012), Lukács argumenta em favor do reconhecimento da originalidade da teoria social de Marx a partir de sua ontologia. O filósofo húngaro afirma que, na filosofia, os pressupostos



sobre a realidade costumam estar associados a dois extremos: ou uma ontologia generalista que não diferencia o ser social, ou uma visão “que não tem mais o caráter de ser”, sendo antiontológica¹, portanto. Ambas as perspectivas, de acordo com o filósofo húngaro, carecem de uma caracterização adequada das particularidades do ser social.

Esses dois extremos podem ser caracterizados, de acordo como Bhaskar (2005), pela disputa entre dois polos no domínio das ciências sociais — uma tradição naturalista e uma tradição antinaturalista. O polo naturalista afirma que as ciências são unificadas por seus princípios positivistas, ou seja, pela via das diretrizes metodológicas. Essas diretrizes metodológicas são baseadas, em última instância, na noção de lei causal estabelecida por David Hume, em termos da concomitância de eventos do modo se... então. Já o polo antinaturalista (ou hermenêutico), por sua vez, reconhece uma ruptura entre o método das ciências naturais e sociais. Essa ruptura é corroborada basicamente pela diferença do objeto das ciências sociais comparado ao das ciências naturais, dotado de particularidades que não permitem a unidade.

A partir da leitura de Marx, Lukács e Bhaskar contemplam uma “terceira via” nesse processo, com um “naturalismo antipositivista”. Lukács refere-se, em sua explicação, a três estratos do ser: a ontologia da natureza inorgânica, a ontologia da natureza orgânica e a ontologia do ser social, de modo que a última é fundada nas duas anteriores². Para o nosso propósito, é necessário reconhecer que essa divisão caracteriza (i) que há uma relação de dependência entre o ser social e o ser natural; (ii) essa dependência implica que mudanças no ser natural afetam o ser social e (iii) que as legalidades do ser social não podem ser reduzidas aos termos do ser natural.

Marx apresenta diversos indícios das particularidades do ser social ao longo de suas obras, em particular quando contrasta seu pensamento com as posições materialistas e idealistas de sua época. A obra *A Ideologia Alemã*, escrita com Engels, contém uma crítica ao materialismo antigo que considera a realidade um mero objeto de contemplação e assume uma perspectiva negligente ao papel da consciência nesse processo. Contra essa posição, Marx e Engels argumentam em favor do caráter intrínseco da consciência, alegando que a consciência desenvolvida é uma propriedade humana necessária. Nesse sentido, o ser humano, embora

¹ “Quando os mais importantes filósofos do passado e do presente chegam a tocar em problemas que de fato pertencem à ontologia do ser social, na maioria das vezes apresentam a seguinte alternativa: ou o ser social não se distingue do ser em geral, ou se trata de algo radicalmente diverso, algo que não tem mais o caráter de ser – como, por exemplo, no século XIX, o valor, a validade etc. na forma do toco contraste entre o mundo do ser material enquanto reino da necessidade e um puro reino espiritual da liberdade”. (Lukács, 2012, p. 25)

² “Por conseguinte, a ontologia geral ou, em termos mais concretos, a ontologia da natureza inorgânica como fundamento de todo existente é geral pela seguinte razão: porque não pode haver qualquer existente que não esteja de algum modo ontologicamente fundado na natureza inorgânica. Na vida aparecem novas categorias, mas estas podem operar com eficácia ontológica somente sobre a base das categorias gerais, em interação com elas. E as novas categorias do ser social relacionam-se do mesmo modo com as categorias da natureza orgânica e inorgânica”. (Lukács, 2012, p. 27)



condicionado pelo mundo material, jamais deixa de ser o portador da capacidade de agir e intervir intencionalmente no mundo.

No extremo oposto da crítica ao materialismo, Marx e Engels advertem que não se pode postular uma defesa do idealismo, caracterizada por uma dependência mútua entre consciência e realidade (como em Hegel), na qual o mundo sensível é produzido pela consciência (Ideia), e a realidade sua mera expressão. Esse argumento é criticado por Marx e Engels com base nos escritos de Bruno Bauer e Max Stirner, e é contraposto a partir da perspectiva que a produção material é uma forma de relação entre o homem e a natureza. Segundo Marx e Engels:

O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza. Naturalmente não podemos abordar, aqui, nem a constituição física dos homens nem as condições naturais, geológicas, oro-hidrográficas, climáticas e outras condições já encontradas pelos homens. Toda historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação pela ação dos homens no decorrer da história.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. (Marx; Engels, 2007, p.87, itálicos no original)

A partir dessa perspectiva, o ser humano interage com os objetos e tem como condição para sua ação os objetos com os quais pode interagir. Ao interagir, ele cria no mundo coisas até então inexistentes (incluindo o espaço), que, por sua vez, alteram as condições materiais do mundo³. Essa tese sobre a capacidade humana de transformar conscientemente a realidade por meio da atividade produtiva é o elemento central da ontologia social de Marx e Engels. Ambos reconhecem o caráter central da atividade produtiva humana na formação das sociedades e, como reflexo, na produção de ideias:

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o *modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (Marx; Engels, 2007, p. 87)

Em suma, na afirmação, de caráter ontológico, de que os seres humanos são o que produzem, Marx e Engels expressam o caráter prioritário do trabalho na determinação da vida social, no sentido amplo de produção e reprodução humana. Desse modo, durante a sua reprodução material, o ser humano revela seu caráter ativo,

³ Ao manipular adequadamente o fogo, por exemplo, o ser humano tem a possibilidade de criar necessidades ainda desconhecidas (derreter objetos, ferver coisas, aquecer ambientes etc.), que modificam sua ação, atuam sobre ele.



transformador do meio, sem perder jamais seu vínculo com a realidade material⁴. Do mesmo modo o faz com o espaço, criando espaços que viabilizam a apropriação adequada dos objetos e leis da natureza ao seu interesse. É fundamental salientar que, em um sentido geral, o ser humano tem capacidade determinar esse processo, o que se altera radicalmente no capitalismo, na medida em que a determinação do espaço passa a estar vinculada aos interesses da acumulação capitalista.

Aqui, a noção marxista de emancipação se apresenta por meio de uma contradição, na medida em que o capitalismo, ao mesmo tempo em que desenvolve as forças produtivas da sociedade, isto é, produção e consumo em abundância para que a humanidade não precise lutar pela sobrevivência, também remove do próprio homem a capacidade de determinar sua relação com a natureza, subordinando-o ao desejo de outro denominado capital.

Em *O Capital*, essa concepção da atividade produtiva humana é desenvolvida, sobretudo na primeira seção do Capítulo V. Nela, Marx parte da caracterização da atividade do trabalho como a relação geral do ser humano com a natureza (Marx, 2013, p. 255), o fundamento biológico da interação com o ambiente. O pensador alemão reconhece os seguintes elementos nessa caracterização: a atividade orientada para um fim, o seu objeto e os seus meios. Para alcançar tal compreensão geral do ser humano, Marx recorre, por contraste, à natureza biológica do ser. Nesse sentido, o estrato biológico do ser é capaz de fornecer as bases que explicam o estrato emergente, subordinado, da realidade social.

Marx compara, portanto, a atividade humana com a atividade dos animais. Porém, ao afirmar que a aranha executa operações semelhantes ao tecelão, a abelha ao arquiteto, entre inúmeros exemplos que Marx poderia ter utilizado, a atividade humana e a atividade animal se distinguem pelo fato de que o resultado da atividade humana já existia antes de sua execução; isto é, o ser humano idealiza, representa previamente sua atividade (Marx, 2013, p. 255-256). Por isso, o que dota a atividade humana de sua condição peculiar é o que Lukács (2013, p. 98-100) denomina posição da finalidade: a definição ideal do fim que serve de resultado a ser perseguido na prática e, portanto, de critério de julgamento da adequação dos seus momentos objetivos e subjetivos.

⁴ “Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico”. (Marx; Engels, 2007, p. 94)



O conceito de história que Marx e Engels apresentam é indissociável da caracterização do ser humano como um ser ativo cuja agência é condicionada pelo meio em que vivem⁵. Isso não significa que essas condições não mudem (inclusive pela própria ação humana), mas que, invariavelmente, o ser humano se depara com condições materiais que delimitam o domínio de sua ação.

Partindo dessa explicação a respeito dos pressupostos da história humana, Marx e Engels iniciam a elaboração sobre a subjetividade e a consciência. A consciência⁶ é condição da atividade produtiva, um elemento que atua como meio entre a necessidade e a satisfação da sua necessidade. A consciência humana se desenvolve e se aperfeiçoa conforme as necessidades e os imperativos materiais, que obrigam a uma divisão do trabalho; contudo, a real *divisão* do trabalho ocorre quando se diferenciam o trabalho manual e o trabalho intelectual. É por meio do trabalho intelectual que a consciência pode se emancipar do mundo, representando coisas que são possibilidades do mundo material ainda não realizadas (Marx; Engels, 2007, p. 36). Nessa divisão do trabalho entre manual e intelectual reside a gênese da autonomização (relativa) da produção intelectual que culmina na ciência.

Mesmo que a consciência incorra em apropriações imprecisas do objeto, essas apropriações podem fornecer respostas efetivas aos problemas práticos, imediatos. Por exemplo, a imprecisão da teoria astronômica do século XV, problemática para as práticas atuais, não invalida a eficácia de sua aplicação prática durante as grandes navegações. A “autonomização” da consciência, que é o procedimento fundamental à ciência e à filosofia, entretanto, não subtrai da consciência seu caráter de atividade mediadora, tampouco seu condicionamento material. As ideias e pensamentos possíveis estão delimitados pelas bases naturais e sociais de um período social e historicamente determinado.

Essa caracterização da consciência em *A Ideologia Alemã* permite a superação do problema filosófico da dualidade entre o ideal e o real. Marx e Engels contrapõem-se, por exemplo, à separação de Platão entre o mundo ideal e o mundo real, bem como a toda a tradição que assume essa perspectiva. O rompimento com essa possibilidade de dois mundos não-interligados ocorre por meio da defesa de que a consciência não subsiste sem suas bases materiais, isto é, a consciência tem sempre um referente objetivo na realidade. O

⁵ “A história nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; portanto, por um lado ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições” (Marx; Engels, 2007, p. 40)

⁶ “A consciência é, naturalmente, antes de tudo a mera consciência do meio sensível *mais imediato* e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo que se torna consciente; ela é, ao mesmo tempo, consciência da natureza que, inicialmente, se apresenta aos homens como um poder totalmente estranho, onipotente e inabalável, com o qual os homens se relacionam de um modo puramente animal e diante do qual se deixam impressionar como o gado; é, desse modo, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural) – e, por outro lado, a consciência da necessidade de firmar relações com os indivíduos que o cercam constitui o começo da consciência de que o homem definitivamente vive numa sociedade”. (Marx; Engels, 2007, p. 35)



locus do contato entre esses dois mundos é a prática humana. Ideias são apropriações do real, e nunca perdem esse referente.

É nesse sentido que Marx não produz somente uma crítica ao capitalismo em *O Capital*, mas uma crítica da economia política como forma de consciência do capitalismo, elemento enfatizado por Lefebvre (2001) na crítica do planejamento urbano burguês. Desde muito jovem, Marx tinha o hábito de indagar a respeito do fundamento social das ideias que criticava, tanto no que se refere à procedência das ideias quanto no que se refere ao seu poder de irradiação.

Por exemplo, nos *Manuscritos de 1844*, há diversos procedimentos críticos que alcançam esse plano. Numa passagem, o pensador alemão afirma partir “dos pressupostos da economia nacional”⁷ (Marx, 2004, p. 79), de sua linguagem e de suas leis, inclusive a propriedade privada. Partindo desses pressupostos, Marx analisa as relações reais, mas consegue extrair de sua análise conclusões distintas daquelas obtidas pelos economistas políticos. Até aí, a crítica parece se limitar ao plano lógico-teórico. Todavia, esse nível de crítica é apenas uma parte do procedimento crítico de Marx. Ao analisar a Economia Política, ele reconhece que essa ciência tem fundamentos objetivos, embora assuma suas bases materiais como definitivas, insuperáveis: “A economia nacional parte do fato dado e acabado da propriedade privada” (Marx, 2004, p. 79).

Ou seja, a tradição central da ciência econômica, de modo acrítico e aistórico, toma um aspecto do conjunto de relações de uma sociabilidade específica, assume esse aspecto como uma condição natural da existência humana e acaba não dando conta dos próprios fenômenos que procura explicar, posto que tais fenômenos são produto de um processo histórico. A passagem abaixo pretende ilustrar a forma como esse tipo de crítica comparece nos *Manuscritos*:

A economia nacional [forma como se designava a Economia Política na época] não nos dá esclarecimento algum a respeito do fundamento da divisão entre trabalho e capital, entre capital e terra. Quando ela, por exemplo, determina a relação do salário com o lucro de capital, o que lhe vale como razão última é o interesse do capitalista; ou seja, ela supõe o que deve desenvolver. Do mesmo modo, a concorrência entra por toda parte. É explicada a partir de circunstâncias exteriores. [...] a troca parece a ela um fato meramente acidental. (Marx, 2004, p. 79)

A resposta dada por Marx a esses problemas da Economia Política está em suas próprias bases ontológicas: trata-se de uma fantasia sobre a realidade social em que as relações burguesas ocorrem e sempre ocorreram de tal modo, como em um estado primitivo imaginário. É uma proposição indiferente ao processo histórico a partir do qual as relações capitalistas emergiram. Assim, é possível compreender que as formas materiais

⁷ Marx se refere ao que hoje se denomina de economia política clássica.



existentes são consequências de propriedades emergentes de momentos anteriores, como o monopólio, a corporação e a propriedade feudal.

Esse mesmo elemento pode ser identificado no posfácio da segunda edição de *O Capital*, em que Marx aborda com sarcasmo o desenvolvimento disciplinar da Economia Política na Alemanha. Quando surgiu a oportunidade de criar o estudo imparcial na Alemanha, a Economia Política já estava contaminada pelo horizonte burguês. Marx contrasta essa situação tardia do conhecimento da economia com a de Ricardo e Smith, economistas que escreveram suas obras quando a “luta de classes ainda não estava desenvolvida” e não representava tão abertamente uma defesa dos interesses burgueses. Ainda assim, Ricardo, que escreve no começo do século XIX, já entrevia os limites dos antagonismos entre trabalhadores e capitalistas⁸.

A postura dos primeiros autores da economia política clássica é distinta da assumida pelo que Marx denomina de vulgarizadores da Economia Política, que encontraram seu espaço na “economia científica burguesa”: “Não se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, se contrariava ou não as ordens policiais” (Marx, 2013, p.86). Em outros termos, há uma distinção clara em Marx entre a cientificidade⁹ da Economia Política (historicamente situada), seu realismo relativamente limitado pelas condições da época, e a sua versão vulgar que, mesmo diante de antagonismos cada vez mais explícitos, os ignora em favor de uma classe particular.

O filósofo inglês Roy Bhaskar (2005) denomina esse procedimento analítico de Marx de crítica explanatória (ou crítica ontológica). Para criticar o capitalismo, Marx expõe os modos de reprodução da sociedade e as formas de consciência da Economia Política vinculadas ao capitalismo:

O Capital tem por subtítulo “uma análise crítica da produção capitalista”. É a um e só tempo uma crítica à Economia Política burguesa; uma crítica às concepções econômicas da vida cotidiana, que, segundo Marx, a Economia Política burguesa somente reflete ou racionaliza; e uma crítica ao modo de produção que torna tais concepções necessárias para os agentes que nela atuam. É a estrutura dessa crítica tripla que fornece a chave para a análise da ideologia nos escritos econômicos maduros de Marx. (Bhaskar, 2005, p. 74)

⁸ “Tomemos o caso da Inglaterra. Sua Economia Política clássica coincide com o período em que a luta de classes ainda não estava desenvolvida. Seu último grande representante, Ricardo, converte afinal, conscientemente, a antítese entre os interesses de classe, entre o salário e o lucro, entre o lucro e a renda da terra em ponto de partida de suas investigações, concebendo essa antítese, ingenuamente, como uma lei natural da sociedade. Com isso, porém, a ciência burguesa da economia chegara a seus limites intransponíveis. Ainda durante a vida de Ricardo, e em oposição a ele, a crítica a essa ciência apareceu na pessoa de Sismondi. A época seguinte, de 1820 a 1830, destaca-se na Inglaterra pela vitalidade científica no domínio da Economia Política”. (Marx, 2013, p.121-122)

⁹ Além disso, indica também as tendências dessa cientificidade, como ressalta Duayer: “[Marx] mostra que, quanto mais se desenvolve o modo de produção capitalista, mais a economia converte-se em ciência do capital. Quanto mais o capital se torna relação social predominante, menos crítica se torna a Economia Política. Quanto mais a luta de classes muda de eixo, e a luta não é mais contra a aristocracia, mas contra o proletariado, mais a Economia Política assume a naturalização das relações capitalistas apontadas acima e, em consequência, menos crítica é e tem de ser” (Duayer, 2001, p.19).



A originalidade do pensamento de Marx consiste na existência de uma dupla crítica, tanto das práticas humanas cerceadoras da liberdade (exploração e propriedade privada, por exemplo) como das ideias que reforçam essas práticas (a economia burguesa, o direito burguês etc.). Ou seja, Marx adota uma perspectiva que é, ao mesmo tempo, científica e que orienta a humanidade para uma via emancipatória, denominada socialismo. Lefebvre chega a uma conclusão semelhante:

Quanto tempo foi necessário para perceber que o subtítulo d'O capital, a saber "crítica da economia política", devia ser tomado ao pé da letra? Apesar do subtítulo, durante mais de meio século, considerou-se *O capital* como um tratado de economia. Depois disso, tem-se interpretado como crítica da economia política burguesa, contendo as premissas de uma economia política dita "socialista". Ao contrário, é necessário toma-lo como crítica de toda a economia política: do econômico enquanto "separado", da ciência fragmentada que se transforma em dispositivos de coação, da "disciplina" que fixa e cristaliza certas relações momentâneas, elevando-as ao estatuto de "verdades" ditas científicas. (Lefebvre, 2001, p. 75-76)

Com base nos temas agregados nesta seção, é possível retornar ao problema urbano e reformulá-los a partir de um sentido ontológico, na medida em que reconhecermos que (i) a produção do espaço pelo ser humano é uma atividade condicionada materialmente e socialmente; (ii) o conhecimento sobre a organização do espaço é indissociável das relações sociais na qual está inserido; (iii) as práticas urbanísticas carregam interesses de classe, embora socialmente aceitas e cientificamente justificadas e (iv) as práticas urbanísticas assumem relações sociais sujeitas ao escrutínio científico como pressupostos ou verdades absolutas.

Conflitos urbanos, rentismo e reprodução social

A separação entre habitante e proprietário da terra (ou rentista) implica que o primeiro tem o direito de ocupar o espaço, mas não de fazê-lo à sua maneira, enquanto o proprietário tem o direito de modificar o espaço que não habita. Essa alienação da habitação se manifesta por meio de práticas em favor do proprietário e em detrimento do habitante, como a reintegração de posse, remoções e demais intervenções na relação entre o habitante e o espaço habitado. O conflito entre habitantes e rentistas, que expressa uma relação de classe, tornam o habitar uma atividade cerceadora da liberdade na medida em que os sujeitos que habitam não estão autorizados a pensar os modos de habitar, sendo esta uma atividade condicionada pelos interesses dos rentistas.

Essas práticas cerceadoras da liberdade do habitar são reforçadas por quem pensa o espaço: cientistas, planejadores, urbanistas, economistas e engenheiros sociais que assumem o direito inviolável do rentista sobre o uso da propriedade. Toda prática urbanística é referendada cientificamente, aprovada judicialmente e acompanhada por escolta policial. Desse modo, se converte um processo desumanizador em um processo racional e ordinário.



A defesa científica das formas degradantes do habitar parte do pressuposto que a separação entre a propriedade da terra e o habitar é uma condição inerente à natureza humana, em vez de uma condição social adquirida ao longo do desenvolvimento histórico da humanidade. Para Marx, isso nada mais é do que a naturalização das relações capitalistas. Em outras palavras, toda e qualquer teoria que assume a renda imobiliária como pressuposto das práticas humanas em geral atua em defesa de interesses específicos da classe dos rentistas.

A renda e propriedade imobiliária é um fenômeno historicamente delimitado no espaço e no tempo. Marx se dedicou a demonstrar a especificidade histórica desses modos de relações capitalistas nos capítulos 24 e 25 de *O capital*, a partir da noção de acumulação primitiva:

Mas tão logo entra em jogo a questão da propriedade, torna-se dever sagrado sustentar o ponto de vista da cartilha infantil como o único válido para todas as faixas etárias e graus de desenvolvimento. Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência. Já na economia política, tão branda, imperou sempre o idílio. Direito e “trabalho” foram, desde tempos imemoriais, os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se sempre, é claro, “este ano”. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos. (Marx, 2013, p. 785-786)

Em uma orientação semelhante de demonstrar o caráter antinatural das relações capitalistas, Wood (2001) argumenta em favor de um capitalismo que dependeu de fortes e violentas garantias ao direito privado das terras, combinando a expulsão dos habitantes do campo e a proletarização dos camponeses. Nesse processo, o modo de apropriação dominante se baseia na desapropriação dos produtores legalmente livres por meios puramente econômicos. Desse modo, a única forma de acesso à reprodução se dá pela venda da sua força de trabalho sem precisar do uso de forças extraeconômicas.

Postone (2014) caracteriza as relações capitalistas por meio do conceito de dominação social, de modo que no capitalismo ocorre “a dominação das pessoas por estruturas abstratas, quase independentes de relações sociais, mediadas pelo trabalho determinado por mercadoria, que Marx tenta compreender com suas categorias de valor e capital” (Postone, 2014, p. 150). De acordo com seu argumento, a dominação no capitalismo é impessoal e velada, diferentemente das formas de dominação pessoal e direta de outras sociedades (escravidão, servidão, vassalagem etc.).

Por um lado, ao analisar historicamente essas formas de dominação social dos habitantes por meio do rentismo e da propriedade urbana, é impossível negligenciar a generalização de formas impessoais de violência urbana, como a ausência de saneamento básico, saúde e outros problemas decorrentes da falta de infraestrutura. Por outro lado, as formas de dominação direta também se sustentam mediante a ordem policial e a violência com os habitantes. A principal hipótese para o assassinato da vereadora Marielle Franco



envolve a propriedade urbana, pois Marielle era um dos principais nomes contra um esquema de loteamentos de terra em área de milícias da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

A figura do rentista, por sua vez, é cada vez mais despersonalizada mediante essa forma de dominação. Se tornam fundos imobiliários e empresas de capital aberto, acionistas anônimos que sequer detêm conhecimento sobre os processos que avalizam. A Companhia Vale do Rio Doce, responsável pelas tragédias de Mariana e Brumadinho, tem como um de seus maiores acionistas um fundo de previdência de bancários que, antes das tragédias, sequer possuíam conhecimento sobre os crimes praticados pela companhia. Diante do processo de financeirização, se acentua ainda mais a busca por formas mais imediatas de lucro e de valorização das propriedades, colhendo os benefícios das políticas urbanas de reestruturação das metrópoles impulsionadas pelos especialistas e autoridades do mercado imobiliário.

A mobilização da sociedade civil em direção a uma defesa de reformas mais estruturantes da relação entre o homem e o espaço, como a reforma agrária e o direito à cidade, perdem cada vez mais espaço para o argumento pretensiosamente científico do planejamento urbano racional. O modo como as orientações emancipatórias do habitar é minimizado no debate público envolve sua descaracterização como fundamento científico e sua caracterização como ideológico, ambos no sentido positivista. O que é aceito como verdadeiro e racional deve necessariamente conformar a reprodução social capitalista, a propriedade e o rentismo imobiliário. De modo alternativo, a proposta extraída de Marx para uma relação libertadora com os objetos do mundo, incluindo o espaço, passa necessariamente pela representatividade dos oprimidos e excluídos pelo capital nas decisões sobre a terra e a propriedade urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ontologia, por mais que pareça um terreno nebuloso e distante das formas de manifestação do capitalismo, oferece uma perspectiva ampla sobre quais práticas humanas efetivam as liberdades humanas, isto é, emancipatórias, e quais afastam o homem desse processo, reconhecendo a prática científica como um meio de reprodução social de práticas contrárias a emancipação humana.

Como o conhecimento nunca perde o seu referente nas disputas de classe, é possível falar em planejamento urbano sem mencionar uma sociabilidade geradora de pobreza e desigualdade, ou pensar uma renda imobiliária sem segregação. Se a teoria é incapaz de estabelecer um juízo sobre as próprias práticas que defende, como as teorias urbanas que sustentam as remoções e segregação espacial, a teoria se converte em mero instrumento de conformação de uma prática. Nesse caso, estamos diante de práticas segregadoras e



excludentes, que conformam os interesses do capital imobiliário sobre as cidades. Não por acaso, esses interesses específicos aparecem sob o manto de linguagem, método e axiomas pretensiosamente objetivos e neutros.

Ao resgatar a crítica ontológica de Marx, é possível sustentar uma posição científica que é, simultaneamente, crítica de um urbanismo convencional que padroniza e segrega o espaço urbano e que reconhece esse urbanismo como forma de consciência da acumulação capitalista. Em alternativa, se defende um urbanismo orientado para a transformação social que coloca o ser humano em condições de autodeterminar seu espaço. Assim, por meio da identificação das formas alienantes de produção do espaço, é possível conjecturar formas alternativas de se habitar e se produzir formas emancipatórias de relação entre o ser humano e o espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BHASKAR, Roy. *The possibility of naturalism: a Philosophical Critique of the Contemporary Human Sciences*. New York: Taylor & Francis, 2005.
- DUAYER, Mário. Marx, verdade e discurso. *PERSPECTIVA*, v. 19, n. 1, p. 15-39, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. DP&A Editora, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio* [Prólogo de Ion Martínez, introducción y traducción de Emilio Martínez]. 2013.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo, Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo, Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo, Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, Boitempo, 2004.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da Economia Política: livro 1: o processo de produção do capital*. São Paulo, Boitempo, 2013.
- PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Processos e problemas na urbanização da América Latina: teoria e história. *Territorios*, n. 34, p. 35-58, 2016.
- PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. O abuso da noção de gentrificação e a banal defesa do direito à cidade. *Geo UERJ*, n. 43, 2023.
- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. Boitempo Editorial, 2014.
- PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Editora Companhia das Letras, 2011.
- SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. Edusp, 2009.
- WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.